



## Apresentação

Vivemos a mais longa experiência da democracia na história política do país. A democracia não é um fato acabado, mas um processo contínuo de transformação, podendo, no meio do caminho, sofrer alguns tropeços, o que vai nos exigir prudência e coragem para reconduzi-la à sua trilha republicana. O atual momento é de crise política-institucional, crise sem precedente na história política do país que tomou proporções assustadoras, desmoronando as esperanças do povo brasileiro. No entanto, o momento de crise é de suspensão das certezas, é o momento oportuno para a construção, a partir do real, de outros parâmetros normativos e valorativos que vão possibilitar a formação de nova mentalidade e prática política, uma nova cultura política que nos instrumentalize com uma postura crítica e resistente diante das investidas e práticas autoritárias que presenciamos na atual política brasileira.

O interesse pelo tema da democracia no Brasil é crescente e, em decorrência disso, nas últimas décadas multiplicaram-se os estudos dedicados a ele, principalmente nos centros acadêmicos, devido ao desenrolar da política concreta: crise política-institucional e econômica, descrença nas instituições representativas, direitos ameaçados, repressão policial, corrupção etc. Diante desses problemas, as instituições democráticas têm caído em descrédito. Na verdade, o processo democrático do país não foi capaz de romper com a cultura conservadora e autoritária do passado e nem promover a abertura para a criação de novas formas institucionais capazes de consolidar espaços de participação política. Agora, com a crise em curso, temos que agregar forças para reconduzir a democracia à sua dimensão participativa e inclusiva.

A luta pela credibilidade na democracia, passa, necessariamente, pela reversão da realidade de sub-representação de muitos setores sociais, como as mulheres, população negra, indígena, povos ciganos, juventude, população LGBT\*, entre outros. Esses grupos têm transformado as suas bandeiras em temas centrais no debate político e, principalmente, se tornado temas de impacto na disputa eleitoral. No caso das mulheres, o Brasil é um dos países com os piores índices de participação no Legislativo e no Executivo: de cada dez eleitos, nove, em média, são homens. O Brasil ocupa o 156º lugar num ranking de 188 nações em relação a participação da mulher na política. Desde a



conquista do direito ao voto pelas mulheres, sua presença no Parlamento ainda é pequena: são 52% do eleitorado, mas menos de 10% nos parlamentos (federal, estadual e municipal).

A sub-representação de gênero na política contraria o fato de elas serem a maioria do eleitorado. As candidatas correspondem a menos de um terço do total de candidaturas. A distribuição por partido, em geral, acompanha esse expressivo desequilíbrio; a maior parte dos partidos apenas cumpre a definição legal de cotas mínimas de 30% para mulheres. As mulheres brasileiras têm conquistado espaços na sociedade: tivemos uma mulher no cargo de presidente da República, a escolaridade da mulher hoje é maior dentro das universidades do que a dos homens, a participação na economia e a inserção no mercado de trabalho são crescentes. Elas têm presença marcante nos movimentos sociais, muitas assumindo cargos de lideranças, além de ser crescente o número de chefas de família. Portanto, foram muitas as conquistas e apesar da sub-representação no cenário político, elas têm hoje presença decisiva nas lutas sociais e revelam capacidade de estar à frente dessas lutas.

Em todas as regiões do país há sobre-representação de homens brancos na política, sem exceção, enquanto a população negra representa 44,2% do total de candidaturas. A população negra não consegue eleger muitos de seus representantes, isso vale também para o povo indígena. Temos poucos negros e menos ainda indígenas no Congresso Nacional. É possível desde já inferir sobre esse resultado: o racismo e o patriarcado estrutural da sociedade brasileira são fatores que influenciam à decisão do eleitorado. As candidaturas de indígenas, negros e mulheres têm, em geral, menos apoio financeiro e tempo de exposição na mídia, sendo invisibilizadas em relação às candidaturas compostas por homens brancos.

Para reverter esse quadro, é preciso que sejam criadas as condições políticas que permitam a participação dos vários segmentos sociais; algumas iniciativas estão sendo tomadas, mas está faltando uma campanha permanente que esclareça a sociedade da importância da representação feminina, da população negra, LGBTTTQI+, indígena, da juventude, entre outros segmentos sociais. Diferente do que é divulgado pela sociedade conservadora e machista, as causas da baixa representatividade feminina não estão relacionadas a ideia de que “mulher não gosta de política” e por isso não quer concorrer; do mesmo modo que a conclusão, racista e homofóbica, de que o povo indígena, a



população negra e LGBTTTTQI+ não tem representatividade social, por isso não são capazes de se elegerem.

Nesse contexto de crise política, de sub-representação de segmentos sociais, do avanço da cultura autoritária, portanto, das ameaças à democracia brasileira, a revista *Cadernos de Gênero e Diversidade* coloca-se como um instrumento de luta e resistência no enfrentamento dessa realidade, no intuito de reverter o “mal-estar” na democracia, que, na verdade, não se limita à nossa experiência. A ameaça à democracia acontece em todos os cantos do planeta: é o caso das políticas de restrições à mobilidade humana. Essa ameaça que ganha amplitude mundial tem intensificado a exploração e a dominação no mundo capitalista, o que faz crescer a população pobre e a mobilidade humana, colocando em evidência a crise das instituições liberais, o esvaziamento do Estado de direito.

Neste sentido, o número apresenta um dossiê sobre a questão migratória, tema central na agenda do atual governo brasileiro, que tem feito apelo à soberania nacional como estratégia para justificar e promover as políticas de restrições, seguindo a tendência da realidade global de manter as linhas geográficas assentadas na opressão racial e patriarcal, aprofundando a crise das instituições liberais e deixando para o passado as conquistas dos direitos. O dossiê traz artigos que abordam a mobilidade humana no Brasil, as políticas de restrições e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, bem como a ausência, na nova legislação migratória, de políticas para mulheres imigrantes. Trata das condições globais no enfrentamento da realidade migratória e as estratégias de resistência dessa população flutuante. São os seguintes artigos: “Mobilidade humana em contextos de mudanças”, de Mariângela Nascimento, quem assina a organização do dossiê; “A destruição da Líbia e a questão dos migrantes e refugiados”, de Angela Lano; “Migrações Femininas e a nova Lei de Migrações: uma análise sobre a ausência da perspectiva de gênero na nova Lei”, de Vitória Sacramento Moreira; “Imigração das mulheres latinas para o Brasil e o mercado de trabalho”, de Lavínia Rodrigues.

Valorizando as #mulheres que defendem formalmente um Brasil melhor para todas e todos, queremos reconhecer as histórias das #mulherescompartido. Neste número, a revista *Cadernos de Gênero e Diversidade*, cumprindo o seu compromisso de consolidar a democracia e resistir às investidas autoritárias e sexistas do atual momento político brasileiro, apresenta dois ensaios das coordenadoras do Grupo de



Pesquisa e Ação em Gênero, Direito e Políticas para Igualdade (JUSFEMINA/UFBA), Sônia Jay Wright e Salete Maria da Silva, além um conjunto de entrevistas com mulheres nordestinas à frente da luta política. Sônia Wright resgata a participação histórica de feministas na política baiana, demonstrando o retrocesso das candidaturas femininas na Bahia nas eleições de 2018. Retomando as chapas majoritárias das eleições de 2018, Salete Maria da Silva, a partir de suas lentes de gênero, evidencia a supremacia masculina nas candidaturas apresentadas por quase todos os partidos e coligações e sustenta que a resistência ao androcentrismo na política é inaudível na sociedade brasileira, inclusive nos movimentos feminista e negro, o que promove uma naturalização dos privilégios femininos nos partidos políticos em nosso país.

As entrevistas foram realizadas por diversos docentes e pós-graduandos de diferentes universidades sob a coordenação da professora Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa, líder do XiqueXique: Grupo de Pesquisa sobre Gênero de Diversidade/CNPq/UFS e do professor Felipe Fernandes coordenador do GIRA/CNPq/UFBA. Foram entrevistadas as candidatas Vera Lúcia, que concorreu à Presidência da República pelo PSTU; Célia Sacramento, que concorreu à Governadora pela REDE da Bahia; Marília Arraes, que concorreu à Deputada Federal pelo PT de Pernambuco; Sandra Marrocos, que concorreu à Deputada Federal pelo PSB da Paraíba; Maria do Céu de Lima, que concorreu à Deputada Federal pelo PSOL do Ceará; e Kátia Born, ex-prefeita de Maceió, e atualmente secretária de saúde do município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas. Além disso, se você conhece uma #mulhercompartido, conte sua história! Pode ser um vídeo, um pequeno texto, uma poesia, um cordel! Publique nas redes sociais com a nossa hashtag que compartilharemos na página da Revista Cadernos de Gênero e Diversidade.

Este número não seria possível sem a ajuda de voluntários que atuaram em diferentes etapas de fechamento. Ao design Ismael Nascimento Santana, agradecemos pela diagramação da capa – que se alinhou sobremaneira ao conteúdo do número, notadamente à campanha #mulherescompartido, cuja identidade foi igualmente pensada por ele – e montagem da fotografia anexa ao artigo de Angela Lano. Ao jornalista Roberto Aguiar, pela leitura e revisão da entrevista da candidata Vera Lúcia. Ao bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, Igor Leonardo, pelo acompanhamento de todo o processo



final de fechamento deste número, incluindo a consultoria às autoras que desconheciam as normas de submissão de trabalhos.

Convidamos todas e todos para lerem o cordel “Mais Mulheres no Poder”, escrito pela cordelista feminista Salete Maria da Silva, que gentilmente nos cedeu a autorização de replicá-lo. O cordel foi elaborado no contexto das eleições de 2018, visando servir de inspiração para os debates em torno da defesa das candidaturas femininas, pondo especial ênfase na necessidade de se avançar nas candidaturas de mulheres negras e fazer uma convocação a todos aqueles e aquelas que defendem a democracia para que votem nas mulheres, para que as reconheçam como sujeitos capazes de ocupar as instâncias decisórias e de poder estatal.

Ao fim, elegendo esses dois temas, “Mobilidade Humana” e “Mulheres com Partido”, a revista Cadernos de Gênero e Diversidade, se prepara para resistir os tempos sombrios que vivemos no país começando por visibilizar e discutir questões prementes no debate político hodierno.

Mariângela Moreira NASCIMENTO

Felipe Bruno Martins FERNANDES

Patrícia Rosalba Salvador Moura COSTA